



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

20/10/2016

INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. CONVÊNIOS.....	1 - 2
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	3
1.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	4
1.4. JUÍZES.....	5 - 7
2. JORNAL CORREIO POPULAR	
2.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	8
2.2. COMARCAS.....	9 - 10
2.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	11 - 12
2.4. VARA CRIMINAL.....	13
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	14 - 17
3.2. DECISÕES.....	18
3.3. EVENTOS.....	19
4. JORNAL EXTRA	
4.1. CONVÊNIOS.....	20 - 21
4.2. VARA CÍVEL.....	22 - 23
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. DESEMBARGADOR.....	24
5.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	25
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. DECISÕES.....	26 - 27
6.2. ESMAM.....	28
6.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	29
6.4. JUÍZES.....	30
6.5. SEM ASSUNTO.....	31
7. JORNAL O PROGRESSO	
7.1. CONVÊNIOS.....	32
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. CONVÊNIOS.....	33
8.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	34 - 35
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. DECISÕES.....	36 - 38
9.2. DESEMBARGADOR.....	39
9.3. ESMAM.....	40
9.4. EXECUÇÕES PENAIS.....	41
9.5. PARCERIAS.....	42
9.6. PRESIDÊNCIA.....	43 - 44
9.7. VARA CRIMINAL.....	45

POLÍCIA APREENDE ADOLESCENTES ENVOLVIDOS COM INCÊNDIOS

PAG.7

Polícia Civil apreende adolescentes envolvidos com incêndios criminosos

Oitenta adolescentes em conflito com a lei são alvo de operação da Polícia Civil que tem como objetivo o cumprimento de mandados de internação de menores reincidentes. Estes jovens, em sua maioria, são suspeitos de participar de atos de violência registrados na região metropolitana de São Luís, durante a semana em que foi realizado o 1º turno das eleições. São suspeitos, também, de cometerem atos infracionais graves incluindo roubos, tráfico de drogas e homicídios. Desde o início da operação, na segunda-feira, 17, um total de 10 adolescentes foram identificados e reencaminhados às unidades de internação na capital. A polícia também cumpre mandados de apreensão. A operação da Polícia Civil é realizada em conjunto com o Ministério Público e Tribunal de Justiça do Maranhão

(TJMA).

A ação foi planejada durante reunião entre agentes da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC) e do Centro de Proteção à Criança e Adolescente (CPCA), quando foram levantados diversos processos. “São casos de descumprimento do chamado da justiça. Boa parte destes adolescentes fugiu ao saber da decisão judicial, ou, simplesmente não compareceram mesmo comunicados. Com isso, esses jovens voltam para o cometimento de ilícitos, aliciados por criminosos e aumentando sua ficha infracional”, ressalta o titular da SPCC, delegado Armando Pacheco.

Ao ser cumprido o mandado de apreensão, o adolescente é encaminhado para a Delegacia de Proteção Criança Adolescente (DPCA) e de lá, para o Centro de Juventude Canãa, no Vinhais, onde

pode permanecer por 45 dias, até que a Justiça defina o encaminhamento. “O que esperamos é que eles possam ser encaminhados para cumprir as medidas socioeducativas. O próprio histórico deles possibilita essa decisão judicial”, explica Pacheco. No regime de internação o adolescente infrator pode cumprir até três anos de medidas.

Em alguns casos, há adolescentes com histórico de mais de cinco roubos e homicídios, informa a titular da DAI, Hirana Cláudia Coelho. “E eles deveriam estar cumprindo as medidas socioeducativas e por algum motivo que não entendemos estão fora do sistema cometendo mais infrações. Ficamos de mãos atadas, pois à polícia cabe a apreensão destes jovens, mas não temos ingerência sobre a decisão da medida a cumprir”, enfatiza Hirana Coelho. Todos os processos

dos adolescentes envolvidos são remetidos à Justiça. “Desse forma, o juiz terá base na sua decisão e o que vemos é que até os promotores têm acolhido o trabalho da delegacia e representado pela internação destes jovens”, disse a delegada.

O trabalho prossegue ao longo da semana e será permanente. Outros processos estão em fase de levantamento na DAI para que sejam identificados mais adolescentes nessa situação. A ação policial prendeu ainda um homem identificado por Elielson Pereira Reis, suspeito de roubo, que foi levado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Em apoio ao trabalho estão ainda a Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV) e distritos ligados às Superintendências de Polícia Civil das Seccionais Norte, Sul, Leste e Oeste.

34 apenados não voltaram para a cadeia

Já são considerados foragidos os 34 apenados beneficiados com a Saída Temporária do Dia das Crianças que não retornaram aos 14 (quatorze) estabelecimentos penais da Ilha (São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar) até às 18h dessa terça-feira (18), quando expirou o prazo para o retorno. A informação é da juíza Ana Maria Dias Vieira, titular da 1ª Vara de Execuções Penais - 1ª VEP - de São Luís. A magistrada aguarda apenas os nomes dos que não obedeceram ao prazo de retorno para expedir o mandado de prisão dos mesmos.

Para Ana Maria Vieira, o número dos que não retornaram é significativo, uma vez que o total dos que não voltaram corresponde a 8,41% dos 404 que saíram no último dia 12 (a portaria autorizava a saída de 431 mas apenas 404 tiveram o nome homologado para a concessão do benefício).

Segundo a juíza, número significativo também foi registrado na Saída Temporária do Dia do País, quando apenas 39 dos 406 beneficiados não retornaram aos estabelecimentos prisionais, o que corresponde a

9,6%.

“São números muito significativos e demonstram que os apenados estão imbuídos no cumprimento das suas penas, inclusive, porque saíram em um momento de crise, mas retornaram”, avalia a magistrada.

Termo de compromisso - As cinco saídas temporárias às quais os presos têm direito durante o ano - Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças e Natal - são regulamentadas pela Lei de Execuções Penais - LEP. De acordo com a legislação, o benefício “será concedido por ato motivado do Juiz da Execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária”.

Ao ser contemplado com o benefício, o apenado assina um termo de compromisso onde constam as exigências a serem cumpridas durante o período da saída, entre as quais as de não frequentar bares, casas noturnas e similares, recolher-se à residência até as 20h e não portar armas. Os apenados beneficiados também não podem sair do Estado.

Juizado realiza projetos para crianças e adolescentes

O Instituto de Projetos Educacionais e Sociais (PES), em parceria com Juizado Especial Criminal de Imperatriz (JECRIM), realiza em Imperatriz, nos dias 19 e 20 de outubro, um festival de bandas e fanfarras, voltados para alunos da rede pública municipal de ensino, que reúne 50 mil crianças e adolescentes.

A realização dos eventos resultou de convênio firmado com o JECRIM pelo Instituto PES, que será beneficiado com os valores arrecadados com as transações penais.

Segundo a juíza Débora Castro Trovão, titular do Juizado Especial Criminal, a objetivo do evento é fomentar à cultura

e educação entre crianças e jovens e é utilizado como instrumento para o incremento da educação, da frequência escolar, do combate a evasão e repetência conseqüentemente, do fortalecimento de valores, integração das famílias com a escola, valorização dos mestres.

“Tais ações fortalecem o vínculo das crianças e dos jovens com seu espaço próprio, que é a escola, e os afasta das drogas lícitas e ilícitas, da delinquência e da violência em geral, inclusive dentro das escolas, oportunizando alternativas para desenvolvimento humano e aprendizado de valores”, destacou a juíza.

Justiça suspende resultado do seletivo de vagas ociosas para Medicina na Ufma

Em resposta à ação proposta pelo Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA), a Justiça concedeu liminar que suspende os resultados finais do processo seletivo, referente à primeira edição de 2016, de vagas ociosas para ingresso no curso de graduação em Medicina na Universidade Federal do Maranhão (Ufma). De acordo com a decisão, conforme sustentado pelo MPF, o Edital nº 184/2016-Proen/Ufma, que rege o seletivo, apresentaria exigências que não estariam sendo feitas para o ingresso em outros cursos, conferindo tratamento diferenciado aos que pretendessem ingressar no curso de Medicina por transferência.

Segundo o MPF, para a segunda fase do seletivo, o edital do curso de Medicina estabelecia critérios diferenciados para

o preenchimento das vagas do curso de Medicina na segunda fase do processo ao determinar a criação de uma comissão especial de professores que seriam responsáveis pela análise do aproveitamento de estudos dos concorrentes, dos quais se exigiu o cumprimento de 75% do conteúdo e da carga horária dos períodos anteriores àqueles em que pretendessem ingressar. No entanto, essa mesma exigência não é feita pelo edital que regulamenta o processo seletivo das vagas ofertadas pelos demais cursos, estabelecendo, para esses, o percentual mínimo de 15% ou dois semestres letivos.

De acordo com o juiz titular da 6ª Vara, Gustavo Baião Vilela, além das “exigências serem ilegais, infringem o princípio da isonomia, já que conferem tratamento diverso, sem qualquer justificativa le-

gítima”.

Assim, a Justiça determinou a suspensão dos resultados finais do processo seletivo que consideraram as exigências constantes nos itens 23.2, “b” e 27 do Edital nº 184/2016-Proen/Ufma, mantido o resultado da primeira etapa, devendo ser aplicadas as regras gerais do Edital nº 183/2016-Proen/Ufma, que rege o seletivo para os demais cursos.

A Ufma deverá convocar, no prazo máximo de dois dias contados da intimação da decisão, os candidatos aprovados na primeira fase do processo seletivo para efetuarem a matrícula, conferindo para tanto o prazo de dois dias úteis. O resultado final deverá ser divulgado no prazo máximo de dois dias após o término do período de matrícula.



A Justiça entendeu que há irregularidade no edital

Magistrados do Maranhão têm a quinta maior produtividade entre tribunais estaduais do país

Para o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, o índice é motivo de orgulho para a Justiça maranhense



Divulgação

Espírito Santo (1.221), Ceará (1.202), Bahia (1.152), Pernambuco (1.012) e Pará (800).

De acordo com o levantamento, a média de produtividade nacional ficou em 1.804 processos por magistrado, lembrando que a Justiça Estadual é o segmento responsável por 69,3% da demanda e 79,8% do acervo processual do Poder Judiciário, que em 2015 encerrou com 74 milhões de processos em tramitação.

RECONHECIMENTO – Para o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, o índice é motivo de orgulho para a Justiça maranhense, que mesmo diante de tantas dificuldades, têm apresentado resultados importantes.

“A Justiça maranhense enfrentou grandes dificuldades em 2015 e um grande déficit de magistrados. Mesmo assim, os magistrados maranhenses conseguiram se superar e trabalhar ao máximo, chegando ao resultado de mais de dois mil processos baixados no ano. Muito nos orgulha receber esse resultado”, comentou o presidente Cleones Cunha, ao tomar conhecimento do índice.

Até agosto de 2015, o TJMA contava com cerca de 220 juízes de 1º Grau e os 27 desembargadores do 2º Grau. Com a finalização do concurso e possibilidade de nomeação, 30 novos magistrados foram empossados. Em 2016, mais dez novos juízes foram empossados, totalizando quase 300 magistrados em todo o Judiciário maranhense.

JUSTIÇA EM NÚMEROS - O anuário “Justiça em Números” é extenso e, nesta edição, apresenta dados ainda mais detalhados e análises importantes para o Judiciário brasileiro. A publicação está sendo analisada pelo TJMA em cada item detalhado pelo CNJ e servirá como indicador para tratar as dificuldades e melhorar ainda mais os índices positivos. (Assessoria de Comunicação do TJMA)

Os magistrados do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) obtiveram, em 2015, uma produtividade de 2.032 processos. Isso significa que os magistrados do Judiciário maranhense conseguiram baixar mais de cinco processos por dia ao longo do ano passado. Esse índice é o maior entre os 10 tribunais classificados de médio porte, categoria que o TJMA faz parte, e o quinto entre todos os 27 tribunais estaduais.

Os dados são do anuário “Justiça em Números”, do Conselho Nacional de Justiça, que traça um panorama e faz análises acerca da Justiça brasileira, com informações dos tribunais superiores, Justiça estadual, federal, eleitoral, trabalho e militar. A publicação que tem como base os dados de 2015 foi lançada na tarde dessa segunda-feira (17), em Brasília (DF).

À frente do Maranhão ficaram os tribunais do Rio de Janeiro (3.634), Rio Grande do Sul (2.407), São Paulo (2.217) – três de grande porte – e Roraima (2.188) – de pequeno porte. Na categoria de médio porte, o Maranhão é seguido pelos tribunais Mato Grosso (1.992), Goiás (1.508), Santa Catarina (1.474), Distrito Federal e Territórios (1.450),

Juízes participam de curso sobre Segurança Institucional em Imperatriz

A abertura oficial da formação ocorreu nessa segunda-feira (17), em Imperatriz

Um grupo de juízes com atuação na Região Tocantina, participa de uma formação intensiva com objetivo de aprender estratégias e técnicas de autodefesa e segurança preventiva durante o curso "Segurança Institucional para Magistrados (SEGINST)". A capacitação é realizada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), com apoio da Comissão de Segurança Institucional do TJMA e do Exército Brasileiro.

A abertura oficial da formação ocorreu nessa segunda-feira (17), em Imperatriz, e contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha e do diretor da Esmam, desembargador Jamil Gedeon.

Até o dia 21 de outubro, dezoito juízes e cinco promotores receberão treinamento no 50º Batalhão de Infantaria de Selva. Credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), o curso vai capacitar os juízes na adoção de estratégias e técnicas de autodefesa que os auxiliem na proteção de sua integridade, por meio da priorização de condutas de segurança preventiva nas mais diversas situações do dia-a-dia e do trabalho.

O desembargador Cleones Cunha ressaltou a preocupação que o Judiciário maranhense tem com a segurança dos magistrados. "Através da nossa escola, é mais uma formação que está sendo realizada com toda excelência exigida. O magistrado corre riscos constantes, por isso temos que prepará-los quanto aos conhecimentos imprescindíveis relacionados à segurança", destacou o presidente do TJMA.

Cleones Cunha relatou que o assunto "segurança" foi um dos principais pontos discutidos em reunião realizada recentemente com a presidente do STF, ministra Carmem Lúcia e demais presidentes de Tribunais de todo país.

"O Judiciário maranhense tem avançado e se preocupado bastante com isso. O TJMA figurou na 16ª colocação no ranking de

indicadores de estrutura de segurança em edificações lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), enfatizou.

O diretor da Esmam, desembargador Jamil Gedeon, lembrou que é o segundo curso de Segurança Institucional para Magistrados oferecido pela escola somente este ano. "Agradecemos todo o apoio recebido pelos parceiros e pelo TJMA, por meio da Diretoria de Segurança Institucional, que nos permitiu aperfeiçoar o curso e realizá-lo para magistrados das comarcas do interior do estado", disse.

CONTEÚDO – A capacitação com 40 horas-aula tratará de temas sobre a "Política Nacional de Segurança no Judiciário", "Protocolos de segurança para magistrados", "Procedimentos e técnicas de autodefesa", "Técnicas de segurança e antissequestro", "Defesa pessoal", "Serviço de proteção ao magistrado", "Técnicas de entrevistas e detecção de mentiras", "Técnicas de direção defensiva e evasiva" e "Práticas de tiro defensivo".

Sobre os formadores, o diretor de Segurança Institucional do TJMA, major Alexandre Magno Nunes, revelou que todos possuem experiências na atividade do Poder Judiciário. "O curso traz uma adequação da realidade de segurança pública para a segurança institucional no âmbito da Justiça. Alguns protocolos e técnicas foram adaptadas para que eles tenham esta visão e cultura sobre segurança e percebam que isso é muito importante, também para a garantia da prestação jurisdicional", enfatizou.

EXPECTATIVAS - Com 25 anos de experiência na magistratura, é a primeira vez que o juiz Genivaldo Pereira Silva participa de um curso com foco em ações de segurança. "Nós vamos ter a oportunidade de conhecer técnicas que vão nos auxiliar no dia a dia. A iniciativa de trazer o curso para esta região reflete a preocupação do Judiciário em promover ações centradas na prevenção", destacou.

A juíza Ana Beatriz Jorge Maia, da 2ª Vara Cível de Imperatriz, também revelou que

está ansiosa pela aprendizagem que a capacitação irá promover. "Estou há sete anos na região e é a primeira vez que faço uma formação desta natureza e deste nível. Tudo que será apreendido servirá para a vida profissional e pessoal, também", finalizou.

INSTRUTORES - O corpo docente do curso de Segurança Institucional para Magistrados é formado por servidores e profissionais que atuam na segurança institucional do Judiciário em diferentes esferas e locais do país, sendo especialistas e conhecedores da realidade da Justiça nacional.

O quadro de instrutores é composto por José Mauricio Berni (graduado em Direito com especialização em Gestão com foco em qualidade na Segurança Pública pela UNIDERP/MS e Law Enforcement Management –Time de instrutores americanos); Lidenberg Melo (graduado em Direito e policial civil, instrutor de armamento e tiro da Polícia Civil do DF); Marcelo Schettini (Especialista em recursos de defesa e secretário de Segurança do TRT 2ª Região –SP); Maurício Viegas (especialista em Inteligência Estratégica e em Segurança Internacional pela Universidad de Alicante-Espanha).

Também o major Alexandre Magno de Souza Nunes, (diretor de Segurança Institucional e membro efetivo da Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJMA e membro da Câmara Técnica de Inteligência, do Gabinete de Gestão Integrada da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão); Washington Lima (Bombeiro Civil, educador físico e professor de defesa pessoal, faixa preta 3º DAN de Karatê).

E ainda Jodson Diniz (Especialista em Ciências Penais, instrutor nacional e internacional de tonfa, bastão, arma branca e arma de fogo, professor de defesa pessoal) e Bruno Pimentel (bacharel em Ciências Militares, educador físico com participação em diversas missões de segurança e proteção de autoridades civis e militares, nacionais e estrangeiras). (Assessoria de Comunicação do TJMA)



Divulgação

Governo recebe representantes do Poder Judiciário no Hospital Nina Rodrigues e apresenta proposta de expansão da unidade

O Governo do Estado, por meio das secretarias de Estado da Saúde (SES) e Administração Penitenciária (Seap), dialogou com o Poder Judiciário acerca do atendimento que vem sendo realizado no Hospital Nina Rodrigues. Durante visita à unidade na tarde desta segunda-feira (17), o poder público estadual apresentou proposta de ampliação da estrutura do hospital e a vara de execuções penais sugeriu o desenvolvimento de um trabalho interinstitucional para aperfeiçoamento do atendimento na unidade.

O secretário de Estado da Saúde, Carlos Lula, ressaltou a importância do trabalho conjunto para melhoria dos serviços prestados. “A preocupação do Governo do Estado é oferecer um atendimento digno e humanizado. Estamos empenhados em mudar a realidade que encontramos em muitas unidades de saúde, fruto de um descaso com as pessoas. Esse é um trabalho que, definindo as responsabilidades e propondo soluções conjuntas, pode render bons resultados”, enfatizou.

Também presente na visita, o secretário de Administração Penitenciária, Murilo Oliveira de Andrade, ressaltou que muitos avanços foram realizados e destacou o projeto de ampliação. “Em relação ao que encontramos no início da gestão, a situação melhorou bastante, inclusive com a implantação de oficinas de trabalho. A nossa proposta é construir uma nova ala para atender a demanda que é grande, e, assim, avançarmos ainda mais”, afirmou.

De acordo com o projeto de ampliação do Hospital Nina Rodrigues, será construída uma nova ala com 72 leitos, espaço para horta e área administrativa. Além do reforço na infraestrutura do local, a proposta da Vara de Execuções Penais é, junto ao Tribunal de Justiça, definir provimentos para assegurar que permaneçam na unidade apenas os que realmente precisam. O juiz da 2ª Vara de Execução Penal, Fernando Mendonça, destacou a importância de dar agilidade ao fluxo de atendimento.

“Nós estamos criando no Maranhão um modelo de atenção integral às pessoas que têm transtorno mental e cometeram algum crime. Esse é um modelo que é complexo e novo, pois a lei antimanicomial, de 2011, ainda não foi aplicada bem no país inteiro. Esse novo remodelamento passa por um processo de verificação da verdadeira necessidade de internação. Para isso, é feita uma avaliação biopsicossocial pela equipe de atenção psicossocial do Estado, criada recentemente. A partir dessa visita hoje, iremos identificar quem precisa continuar aqui e quem precisa ser encaminhado para outro espaço”, explicou o juiz. (SES)

Divulgação



Representantes da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e da Administração Penitenciária (Seap) em visita ao Hospital Nina Rodrigues com representantes do Poder Judiciário.

Acusados de assassinato vão a júri em Itapecuru-Mirim na próxima semana

As sessões serão presididas pela juíza Laysa Paz Mendes, titular da 1ª Vara e respondendo pela 3ª Vara de Itapecuru

A 3ª Vara de Itapecuru-Mirim promove na terça-feira (25), e na quarta-feira (26) sessões do Tribunal do Júri. O réu do dia 25 será Janisvaldo Lopes, denunciado sob acusação de ter matado Raimundo Borges dos Santos, a golpes de faca. Na quarta o réu é José Luis Ferreira Licar, acusado de ter matado Maria Claudimary Martins Licar. As sessões serão presididas pela juíza Laysa Paz Mendes, titular da 1ª Vara e respondendo pela 3ª Vara de Itapecuru.

De acordo com o inquérito polícia o crime aconteceu em junho de 2014, no interior do Bar Vaca Velha, que fica no Povoado São João. Localidade de Itapecuru-Mirim. Raimundo Borges estava bebendo acompanhado de Maria Antônia, com quem mantinha um relacionamento. Pouco tempo depois o denunciado chegou ao local. A polícia apurou que, tempos atrás, Maria Antônia foi casada com um primo do acusado.

Num momento, quando Maria Antônia foi ao banheiro, a vítima pediu a conta, tendo se deslocado para um terreno que fica ao lado do bar. Nesse momento, ele foi surpre-

endido com uma facada nas costas, que teria sido desferida por Janisvaldo. Raimundão ainda conseguiu chegar até o carro, pegar uma arma, mas não conseguiu disparar. Ele ainda foi socorrido por populares, mas morreu no local. Desde o assassinato, Janisvaldo está foragido.

Júri do dia 26 – O réu é José Luis Ferreira Licar, acusado de ter matado Maria Claudimary em maio deste ano. Conta o inquérito que José Luis estava bebendo no “Mangueirão Campos Bar”, quando a vítima se aproximou e pediu uma bebida. Os dois passaram a beber juntos e, em seguida, foram a um lugar mais reservado para namorar. Lá, Maria teria dado uma mordida na boca de José Luis, fato que o deixou bastante irritado.

De acordo com relatos, Maria Claudimary voltou à festa e José Luis foi embora pra casa, retornando minutos depois armado de uma faca. Ao avistar Maria, ele chegou por trás e teria desferido um corte no pescoço da vítima, causando sua morte. Ato contínuo, ele teria fugido pelo mato, enquanto as pessoas socorriam Maria Claudimary. (CGJ)

Divulgação



Juíza Laysa Paz Mendes em júri na comarca

Foragidos

158 não voltaram de saídas temporárias este ano

Nas quatro saídas temporárias ocorridas este ano, 158 detentos não obedeceram ao prazo de retorno ao presídio e são considerados foragidos da Justiça. **POLÍCIA 4**

34 não voltaram a Pedrinhas na saída do Dia das Crianças

Até agora, nas quatro saídas temporárias no ano, 158 detentos não obedeceram ao prazo de retorno ao presídio e são considerados foragidos; juíza considera número de faltosos significativo para o volume dos beneficiados

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

Dos 404 apenados do Complexo de Pedrinhas beneficiados com a saída temporária do Dia das Crianças, que deveriam retornar às unidades prisionais até as 18h de terça-feira, 18, 34 não se apresentaram e já são considerados foragidos da Justiça. A princípio, a portaria assinada pela juíza da 1ª Vara de Execuções Penais (1ª VEP) da Comarca de São Luís, Ana Maria Almeida, concedia o benefício a 431 detentos, mas 27 não tiveram seus nomes homologados. Ela ainda ontem aguardava os nomes dos que desobedeceram a esse prazo para expedir o mandado de prisão.

O número de foragidos nas quatro saídas temporárias deste ano - Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia das Crianças - chega a 158 e todos tiveram ordem de prisão decretada e regressão de regime do semiaberto para o fechado. Nas cinco saídas temporárias do ano passado, 230 presidiários não retornaram aos 14 estabelecimentos penais da Ilha, em São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar.

A magistrada informou também que a Justiça vai dar ciência sobre a existência desses mandados de prisão à Polícia Militar, aos distritos policiais, ao Cadastro do Sistema de Segurança Pública (Sigo) e até mesmo ao Banco Nacional de Mandado de Prisão (BNMP). Segundo ela, estão sendo providenciadas pela Vara as decisões de regressão de regime. A Lei de Execução Penal (LEP), no artigo 118, afirma que a execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado praticar fato definido como crime doloso ou falta grave, como é o caso.



SAIBA MAIS

Presidiários foragidos nas quatro saídas

Saída Temporária da Semana Santa: 47 presidiários não cumpriram o prazo de retorno

Saída Temporária do Dia das Mães: 36 apenados não voltaram às suas unidades

Saída Temporária do Dia dos Pais: 41 internos foram considerados foragidos

Saída Temporária do Dia das Crianças: 34 não retornaram ao Complexo de Pedrinhas

Ainda de acordo com a LEP, são cinco saídas temporárias durante o ano - Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças e Natal. Este benefício é concedido por ato motivado do Juiz da Execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária.

Saídas temporárias

Para a magistrada, a quantidade de internos que não retornaram ao presídio no último dia 18, é significativa. O total dos presidiários que não voltaram corresponde a 8,41%, já que somente 404 saíram no último dia 12. A portaria tinha

“São números muito significativos e demonstram que os apenados estão imbuídos no cumprimento de suas penas, já que saíram em um momento de crise, mas retornaram”.

ANA MARIA ALMEIDA,
juíza da 1ª VEP da Comarca de SL

autorizado a saída de 431, mas apenas 404 tiveram o nome homologado para a concessão desse benefício.

Ela também disse que um número significativo também foi registrado na saída temporária do Dia dos Pais, no mês de agos-

to deste ano, quando apenas 39 dos 406 beneficiados não retornaram aos estabelecimentos prisionais, o que corresponde a 9,6%. “São números muito significativos e demonstram que os apenados estão imbuídos no cumprimento de suas penas, inclusive, já que saíram em um momento de crise, mas retornaram”, avalia a magistrada.

Também durante este ano, antes da saída temporária do Dia dos Pais, já haviam ocorrido outras duas e uma delas, a da Páscoa, no fim no mês de março. Neste benefício, dos 351 apenados agraciados com a saída de Páscoa, 47 não

Faltosos saem do regime semiaberto

cumpriram o prazo de retorno que estava previsto para o dia 29 de março. Na saída do Dia das Mães, dos 348 internos beneficiados 36 não voltaram até as 18h do dia 11 de maio à sua unidade prisional, como estava previsto.

Divergência

Em nota enviada no fim da tarde de ontem, a assessoria de comunicação do Governo diverge dos números divulgados pela Justiça e informa que apenas 362 detentos foram beneficiados com a saída temporária do Dia das Crianças e efetivamente deixaram o sistema prisional e delegacias, na manhã do dia 12 de outubro e, entre esses, 33 apenados, portanto, não cumpriram o prazo de retorno para às 18h de terça-feira, 18, determinado pela juíza da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Ana Maria Almeida Vieira, por meio da Portaria 034/2016, que prevê pena de regressão de regime para quem a

FIQUE SABENDO

Prisão um dia antes do prazo

Na segunda-feira, 17, Jean da Conceição Azevedo, de 24 anos, apenado do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, beneficiado na saída temporária do Dia das Crianças, foi preso em companhia de Hilson José Cardoso Barboza, de 22 anos, e de Nayifson Campos Melo, de 19 anos, durante uma incursão realizada por uma guarnição do Batalhão de Choque, na Vila Vicente Fialho. Em poder do trio, a polícia apreendeu uma pistola 380, um revólver calibre 38, uma faca, 17 munições e um veículo com registro de roubo, um Uno Vivace vermelho, de placas OIT-9503.

NÚMEROS

158

É o número de apenados do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, agraciados nas quatro saídas temporárias deste ano, que não retornaram e são considerados foragidos

234

É o número de presidiários agraciados nas cinco saídas temporárias do ano passado que não voltaram aos estabelecimentos penais da Região Metropolitana de São Luís

Usuários de estacionamentos

O desembargador José de Ribamar Castro, do Tribunal de Justiça do Maranhão, acolhendo uma ação patrocinada pelo Escritório Kleber Moreira Advogados, suspendeu os efeitos da Lei Municipal nº 6.113/2016, que permitia a cobrança para usuários de estacionamento privado apenas após o uso de meia hora.

RÁPIDAS

Ato contra a cultura do estupro ocorrerá hoje em São Luís

Com a intenção de visibilizar a luta contra a cultura do estupro e desconstruir a sociedade que perpetua a desigualdade entre os gêneros, será realizado hoje um ato na Praça Pedro II, em frente ao Tribunal de Justiça, às 19h.

Defensoria realiza a V Semana Maranhense de Execução Penal

PÁGINA 5

ARRUMANDO A CELA

Defensoria realiza a V Semana Maranhense de Execução Penal

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), o Maranhão possui em torno de 6 mil pessoas presas e figura entre oito estados com menor número de cidadãos em situação de prisão no país, com uma taxa de ocupação de 121,3%, enquanto Pernambuco chega a 265%. Estes dados foram apresentados pela professora Valdirene Daufemback, que é diretora de políticas penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), durante a V Semana Maranhense de Execução Penal, promovida pela Defensoria Pública do Estado (DPE/MA). O evento, que acontece até a próxima sexta-feira, 21, visa discutir propostas de melhorias e de humanização do sistema penitenciário maranhense.

A professora Valdirene Daufemback abriu os debates da Semana com a palestra "Políticas públicas para o sistema penitenciário". Na ocasião, ela apresentou dezenas de dados estatísticos da pesquisa produzida pelo Ministério da Justiça e destacou a importância da criação de políticas públicas para a redução do encarceramento no país. "Nós devemos pensar na política pública voltada ao sistema como algo mais complexo. Temos que pensar em soluções a médio e longo prazo, respaldadas em estudos e planejamentos, envolvendo não só as Defensorias Públicas, mas todos os membros da sociedade, especialmente o Executivo, o Judiciário, o Ministério Público. Temos que



pensar em uma política híbrida", ponderou.

A abertura do evento foi conduzida pelo defensor-geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior, que destacou o trabalho da Defensoria nas unidades prisionais de São Luís e do interior do estado. "Temos uma atuação sistemática dentro dos presídios com a viabilização de revisão de pena, realização de mutirões carcerários e garantias de progressões de regimes prisionais. Também desenvolvemos ações e firmamos parcerias com foco na ressocialização, pois considero que não basta darmos atenção ao preso somente enquanto o mesmo encontra-se sob a custódia do Estado, mas é preciso discutir políticas que possam garantir a reinserção do reeducando na sociedade, especialmente, no mercado de trabalho, minimizando, assim, o índice de reincidência no crime".

Também compuseram a

mesa de abertura o subdefensor geral Emanuel Accioli, os defensores públicos Bruno Dixon Maciel, que é titular do Núcleo de Execução Penal da DPE e Francisco das Chagas Barbosa, diretor da Escola Superior da DPE/MA.

O promotor de Justiça de Execuções Penais, Pedro Lino da Silva Curvelo, destacou o trabalho ininterrupto da Defensoria Pública, sobretudo do Núcleo de Execução Penal da instituição, que muito tem contribuído para a redução da tensão nas unidades prisionais da capital. "O trabalho da Defensoria tem dado, na medida do possível um alento à população carcerária que está à mercê de um auxílio, de apoio ainda mais incisivo do poder público. Só posso parabenizar a instituição pela atuação dos defensores que atuam na área, com uma dedicação ímpar, o que mostra o comprometimento da DPE com toda a sociedade", frisou Pedro Lino.

Cerca de 70 pessoas, entre acadêmicos de direito e áreas afins, diretores de unidades prisionais, agentes penitenciários e demais servidores do sistema, participaram do evento que tem o objetivo de contribuir para a humanização do sistema prisional, abordando diversos aspectos da Lei de Execução Penal (LEP). Na ocasião, um grupo de reeducandas da unidade prisional de ressocialização feminina, que compõe o Vocal Vozes da Vida fez breve apresentação musical.

A programação prossegue com ciclos de palestras sobre as temáticas: audiências de custódia, identificação criminal genética obrigatória do condenado, presunção de inocência e execução da pena, além de ações de embelezamento, em parceria com a Mary Kay e Instituto Embeleze, destinada às reeducandas da unidade prisional de ressocialização feminina.

Justiça não dá refresco e mantém ex-prefeito de Bacabal no xilindró

PÁGINA 3

Justiça não dá refresco e mantém ex-prefeito de Bacabal no xilindró

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) manteve a decisão da juíza da 1ª Vara da Comarca de Bacabal, Vanessa Lopes, que condenou o ex-prefeito da cidade, Raimundo Nonato Lisboa, por ato de improbidade administrativa.

Os direitos políticos do ex-prefeito foram suspensos por três anos pela decisão e o proibiu de contratar com o Poder Público pelo mesmo período. Lisboa também foi condenado a pagar multa de dez vezes o valor de sua remuneração como prefeito.

O ex-prefeito foi acusado de improbidade administrativa pelo Ministério Público estadual e por contratação de servidores sem serviço público, fora das exceções consti-



Raimundo Lisboa sendo recolhido aos seus aposentos

tucionalmente previstas.

Raimundo Nonato apelou ao TJ-MA, alegando que as contratações foram para atender interesse público excepcional, para cobrir falta de professores e precedidas de autorização legislativa. Afirmou ainda que não houve dolo.

O desembargador Ricardo Duailibe disse ter sido incontroversa a contratação dos servidores. O relator destacou que o preenchimento de cargo em caráter permanente, por expressa previsão constitucional, só pode se dar após aprovação em concurso público e entendeu que o então prefeito agiu com absoluta consciência de que o concurso era necessário neste caso.

HOMENAGEM

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, recebeu, na terça-feira (18), a comenda "Palmas Universitárias", categoria 'apoio institucional', concedida pela Universidade Federal do Maranhão ao Poder Judiciário estadual pelos relevantes serviços prestados àquela instituição de ensino superior. Instituída no dia 30 de abril de 1986, pela UFMA, a distinção "Palmas Universitárias" tem o intuito de manifestar ao público o reconhecimento àqueles que, pertencentes ou não aos seus quadros, tenham se distinguido, de maneira excepcional, no campo de suas atividades profissionais. A homenagem ocorreu durante a comemoração do cinquentenário da UFMA, no auditório do Centro Pedagógico Paulo Freire, campus do Bacanga, na Avenida dos Portugueses. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha agradeceu a concessão da comenda. "É uma honra para o Tribunal de Justiça receber uma homenagem de uma instituição que em 50 anos de existência tem dado uma significativa contribuição à sociedade e à educação superior no Estado", ressaltou o desembargador, que compôs a mesa de honra da solenidade ao lado da reitora da UFMA, professora Nair Portela, e outras autoridades.

- Foragidos



Já são considerados foragidos os 34 apenados beneficiados com a Saída Temporária do Dia das Crianças que não retornaram aos 14 (quatorze) estabelecimentos penais da Ilha (São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar) até às 18h dessa terça-feira (18), quando expirou o prazo para o retorno. A informação é da juíza Ana Maria Dias Vieira, titular da 1ª Vara de Execuções Penais - 1ª VEP - de São Luís. A magistrada aguarda apenas os nomes dos que não obedeceram ao prazo de retorno para expedir o mandado de prisão dos mesmos. Para Ana Maria Vieira, o número dos que não retornaram é significativo, uma vez que o total dos que não voltaram corresponde a 8,41% dos 404 que saíram no último dia 12 (a portaria autorizava a saída de 431 mas apenas 404 tiveram o nome homologado para a concessão do benefício). Segundo a juíza, número significativo também foi registrado na Saída Temporária do Dia do Pais, quando apenas 39 dos 406 beneficiados não retornaram aos estabelecimentos prisionais, o que corresponde a 9,6%.

SINISTRO: Sequestro de bebê pode ter sido para ritual de magia

VIDA

Rapto de bebê e magia negra

Investigações continuam para desvendar a rede de intriga que envolve o caso, mas o pistoleiro já se encontra em liberdade, por determinação da Justiça

DOUGLAS CUNHA

Intrigas, magia negra e atentado à vida. Estes são os ingredientes que envolvem o rapto do bebê Rebeca, de apenas dois meses de vida. Um homem foi preso por dupla tentativa de homicídio. As vítimas seriam os pais da pequenina, que seria levada para sacrifício no terreiro de um conhecido macumbeiro de Codó. Investigações continuam para desvendar a rede de intriga que envolve o caso, mas o pistoleiro já se encontra em liberdade, por determinação da Justiça.

Tudo começou a ser descoberto quando uma guarnição da Polícia Militar apresentou, no dia 29 de setembro passado, ao delegado Walter Wanderley, na Quinta Delegacia Distrital (Anjo da Guarda), um homem que teria tentado matar um casal, na Praça da Vila Bacanga, no final da tarde de ontem. Logo que recebeu o preso, o delegado deu início às investigações, descobrindo um emaranhado de fatos que levaram a um possível caso de magia negra, onde seria sacrificado o bebê.

Conforme o delegado Walter Wanderley, na manhã de sábado (17 de setembro), uma mulher identificada como Cleidiana

ne Paiva Cardoso, conhecida como "Miruca", se dirigiu ao casal Jackson Eduardo Carlos Prazeres e Fabiana Assunção Sales, enquanto vendiam água na área do Mercado Central, e pediu para levar o bebê do casal, de apenas dois meses, para sua casa, alegando que o casal estava expondo a criança ao sol, prometendo voltar às 15 horas para devolvê-la.

Isto não aconteceu. Fabiana buscou ajuda na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente-DPCA,

tendo fornecido o telefone da Miruca. Uma policial ligou para aquela mulher e a instruiu que fosse entregar a pequena Rebeca ao pai, às 15 horas de quinta-feira (29 de setembro), na Praça do Bacanga, na Vila Bacanga. Jackson e Fabiana foram para o local combinado e ali permaneceram até as 16 horas, quando ali chegou um ho-

mem conhecido como Amarildo Costa Mendes. "Velho", que seria primo de Fabiana e marido de Miruca. Velho bateu no ombro de Jackson, cumprimentando-o, e ato contínuo, apareceu um homem que se aproximou do casal, tendo Velho tratado de sair do local correndo. O homem sacou de um revólver e acionou o gatilho, para atingir o casal, mas a arma "bateu catolé" (não disparou).



Esta presunção se dá em face às declarações de Ediran, mas precisam ser confirmadas, e para isso vamos aprofundar as investigações

Walter Wanderley, delegado

Acusado ainda tentou fugir

Uma guarnição da Polícia Militar passava pelas proximidades. Os policiais observaram o que estava acontecendo e partiram para prender o acusado, que ainda tentou fugir, mas, a cerca de trezentos metros, foi alcançado pelos militares, detido e apresentado na Delegacia do Anjo da Guarda, com a arma do crime, um revólver Taurus calibre 38 com a numeração raspada. Ele foi autuado em flagrante por dupla tentativa de homicídio. Na delegacia, ele foi identificado como Ediran Cantanhede Rodrigues.

O delegado Walter Wanderley, conversando ontem com os conselheiros tutelares Rose e Luzian, ficou sabendo que o bebê havia sido devolvido na DPCA ao Conselho Tutelar, por Miruca, e que ele já havia estado em poder da mulher Eloide Célia Gomes Dias, que seria mãe de santo, moradora da Rua do Egito s/n - Cajueiro, distrito da Vila Maranhão. O delegado voltou a investigar o autor da tentativa de dupla tentativa de homicídio. Ediran disse que é residente também no povoado Cajueiro e que conhece a macumbeira Eloide Célia, a quem deve um grande favor, visto que foi ela quem o curou do vício das drogas. Falou também que ela está vivendo um grande drama, visto que está sofrendo ameaça de ter um bebê seu tirado de suas mãos por um conhecido macumbeiro da cidade de Codó.

Tentativa de homicídio e acerto de contas

Com relação à tentativa de homicídio contra Jackson e Fabiana, Ediran disse que passava no ônibus e viu Jackson sentado na praça, e que então resolveu ir acertar contas com o referido, visto que mantém uma rixa antiga com ele. Antes ele havia dito que a motivação de tentar matar Jackson tinha sido pelo fato dele assaltar um irmão seu. O delegado Walter Wanderley disse que não encontrou consistência nas declarações do acusado, pelo fato de o casal nunca o tinha visto. As investigações têm continuidade para apurar alguns pontos nebulosos, como a presunção de que Ediran teria sido mandado para eliminar o casal para que Célia ficasse com a criança e a entregasse para ser sacrificada pelo macumbeiro de Codó, num culto de magia negra. "Esta presunção se dá em face às declarações de Ediran, mas precisam ser confirmadas, e para isso vamos aprofundar as investigações", disse o delegado Walter Wanderley. Nas investigações já desenvolvidas, aquela autoridade conseguiu apurar que Eloide Célia esteve em companhia de Miruca, no Conselho Tutelar do Bacanga, buscando informação sobre como adotar uma criança, embora ambas neguem até mesmo se conhecer. Entretanto, a dona das quitinetes onde Jackson e sua mulher Fabiana moram, senhora Maria dos Remédios Teixeira Nunes, afirmou que viu várias vezes Miruca com a criança e que viu Célia no local, dentro de um carro. A conselheira tutelar Roseana Alves Araujo disse que Miruca e Célia estiveram no Conselho Celular indagando sobre adoção de criança.



Eleitos novos diretores da Esmam

Os desembargadores Paulo Velten e José de Ribamar Castro foram eleitos, ontem, para os cargos de diretor e vice-diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), respectivamente. Os dois magistrados tiveram seus nomes indicados pelo presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, sendo eleitos por aclamação pelos demais membros da Corte. Na oportunidade, o desembargador Paulo Velten disse que assumir a diretoria da Esmam é dar continuidade ao trabalho brilhante desenvolvido pelo desembargador Jamil Gedeon, que, segundo ele, elevou a importância da escola, fazendo dela um local de estudo sobre temas de extrema relevância para o aprimoramento de magistrados e servidores.

CRIME

34 detentos não voltam e são considerados foragidos

Já são considerados foragidos os 34 apenados beneficiados com a Saída Temporária do Dia das Crianças que não retornaram aos 14 (quatorze) estabelecimentos penais da Ilha (São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar) até as 18h da última terça-feira (18), quando

expirou o prazo para o retorno. A informação é da juíza Ana Maria Dias Vieira, titular da 1ª Vara de Execuções Penais – 1ª VEP – de São Luís. A magistrada aguarda apenas os nomes dos que não obedeceram ao prazo de retorno para expedir o mandado de prisão dos mesmos.

Termo de compromisso

As cinco saídas temporárias às quais os presos têm direito durante o ano – Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças e Natal – são regulamentadas pela Lei de Execuções Penais – LEP. De acordo com a legislação, o benefício “será concedido por ato motivado do juiz da Execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária”.

Ao ser contemplado com o benefício, o apenado assina um termo de compromisso onde constam as exigências a serem cumpridas durante o período da saída, entre as quais, as de não frequentar bares, casas noturnas e similares, recolher-se à residência até as 20h e não portar armas. Os apenados beneficiados também não podem sair do estado.

Curtiu...

Comentários dos internautas de **O IMPARCIAL**. Faça o seu!
www.oimparcial.com.br ou em nossas redes sociais:
www.facebook.com/oimparcialma - WhatsApp 99188 8267



34 detentos não retornaram e são considerados foragidos

Kleiton Fernando - Leis miseráveis essa brasileiro. Vontade imensa de mandar esse povo dos Direitos Humanos se lascarem ops!! Falei!

Maria Jose Silva Tavares - 34+ os resultados das saídas anteriores dos que não retornaram. Vamos somar #sóobservo
Pedro Silva - Ainda achei foi pouco, devem ter passado na casa de Sarney pra uma prosa.

Tatiana Fernandes - Novidade! Pense num ciclo vicioso! Agora correr atrás dos mesmos bandidos q poderiam estar agora presos.

Victor Boladão - Só tá faltando os políticos de São Luís.
kkkkkkkkkkkk

Ednaldo Cordeiro - Eles estão armados assaltando já roubando carro por aí

Lucimar Santos Vieira - Grande novidade! Levando em consideração, ainda foi pouco.

Paulo Roberto - Foram pra casa da juíza !!Q soltou eles.



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2016 - SRP
PROCESSO Nº 22.147/2016**

Objeto: Registro de Preços para aquisição de equipamentos médicos para o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão; **Abertura:** 04/11/2016 às 10:00 (horário de Brasília); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luis/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** divcontratos@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181.

São Luis/MA, 19 de outubro de 2016.

Maurício Fernandes Lima
Pregoeiro do TJMA.

Defensoria realiza a V Semana Maranhense de Execução Penal

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), o Maranhão possui em torno de 6 mil pessoas presas e figura entre oito estados com menor número de cidadãos em situação de prisão no país, com uma taxa de ocupação de 121,3%, enquanto Pernambuco chega a 265%. Estes dados foram apresentados pela professora Valdirene Daufemback, que é diretora de políticas penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), durante a V Semana Maranhense de Execução Penal, promovida pela Defensoria Pública do Estado (DPE/MA). O evento, que acontece até a próxima sexta-feira, 21, visa discutir propostas de melhorias e de humanização do sistema penitenciário maranhense.

A professora Valdirene Daufemback abriu os debates da Semana com a palestra "Políticas públicas para o sistema penitenciário". Na ocasião, ela apresentou dezenas de dados estatísticos da pesquisa produzida pelo Ministério da Justiça e destacou a importância da criação de políticas públicas para a redução do encarceramento no país. "Nós devemos pensar na política pública voltada ao sistema como algo mais complexo. Temos que pensar em soluções a médio e longo prazo, respaldadas em estudos e planejamentos, envolvendo não só as Defensorias Públicas, mas todos os membros da sociedade, especialmente o Executivo, o Judiciário, o Ministério Público. Temos que pensar em uma política híbrida", ponderou.

A abertura do evento foi conduzida pelo defensor-geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior, que destacou o trabalho da Defensoria nas unidades prisionais de São Luís e do interior do estado. "Temos uma atuação sistemática dentro dos presídios com a viabilização de revisão de pena, realização de mutirões carcerários e garantias de progressões de regimes prisionais. Também desenvolvemos ações e firmamos parcerias com foco na ressocialização, pois considero que

não basta darmos atenção ao preso somente enquanto o mesmo encontra-se sob a custódia do Estado, mas é preciso discutir políticas que possam garantir a reinserção do reeducando na sociedade, especialmente, no mercado de trabalho, minimizando, assim, o índice de reincidência no crime".

Também compuseram a mesa de abertura o subdefensor geral Emanuel Accioly, os defensores públicos Bruno Dixon Maciel, que é titular do Núcleo de Execução Penal da DPE e Francisco das Chagas Barbosa, diretor da Escola Superior da DPE/MA.

O promotor de Justiça de Execuções Penais, Pedro Lino da Silva Curvelo, destacou o trabalho ininterrupto da Defensoria Pública, sobretudo do Núcleo de Execução Penal da instituição, que muito tem contribuído para a redução da tensão nas unidades prisionais da capital. "O trabalho da Defensoria tem dado, na medida do possível um alento à população carcerária que está à mercê de um auxílio, de apoio ainda mais incisivo do poder público. Só posso parabenizar a instituição pela atuação dos defensores que atuam na área, com uma dedicação ímpar, o que mostra



o comprometimento da DPE com toda a sociedade", frisou Pedro Lino.

Secretária adjunta de Administração Penitenciária (Seap), Odaísa Gadelha, destacou a importante parceria entre o órgão estadual e a Defensoria Pública. "Esperamos que este evento realize discussões produtivas e que sirva de norte para novas políticas públicas voltadas à melhoria do nosso sistema carcerário, que tem avançado nos últimos meses, especialmente no que se refere à ressocialização do preso e da humanização do sistema", disse destacando o trabalho conjunto realizado pela Seap e Defensoria Pública no âmbito da execução penal.

Cerca de 70 pessoas, entre acadêmicos de direito e áreas afins, diretores de unidades prisionais, agentes penitenciários

e demais servidores do sistema, participaram do evento que tem o objetivo de contribuir para a humanização do sistema prisional, abordando diversos aspectos da Lei de Execução Penal (LEP). Na ocasião, um grupo de reeducandas da unidade prisional de ressocialização feminina, que compõe o Vocal Vozes da Vida fez breve apresentação musical.

A programação prossegue com ciclos de palestras sobre as temáticas: audiências de custódia, identificação criminal genética obrigatória do condenado, presunção de inocência e execução da pena, além de ações de embelezamento, em parceria com a Mary Kay e Instituto Embeleze, destinada às reeducandas da unidade prisional de ressocialização feminina. (Ascom-DPE/MA)

Região metropolitana de São Luís

Polícia Civil apreende adolescentes envolvidos com incêndios criminosos

Oitenta adolescentes em conflito com a lei são alvo de operação da Polícia Civil que tem como objetivo o cumprimento de mandados de internação de menores reincidentes. Estes jovens, em sua maioria, são suspeitos de participar de atos de violência registrados na região metropolitana de São Luís, durante a semana em que foi realizado o 1º turno das eleições. São suspeitos, também, de cometerem atos infracionais graves incluindo roubos, tráfico de drogas e homicídios. Desde o início da operação, na segunda-feira, 17, um total de 10 adolescentes foram identificados e reencaminhados às unidades de internação na capital. A polícia também cumpre mandados de apreensão. A operação da Polícia Civil é realizada em conjunto com o Ministério Público e Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A ação foi planejada durante reunião entre agentes



da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC) e do Centro de Proteção à Criança e Adolescente (CPCA), quando foram levantados diversos processos. "São casos de descumprimento do chamado da justiça. Boa parte destes adolescentes fugiu ao saber da decisão judicial, ou, simplesmente não compareceram mesmo comunicados. Com isso, esses jovens voltam para o cometimento de ilícitos, aliciados por criminosos e aumentando sua ficha infracional", ressalta o titular da SPCC, delegado

Armando Pacheco.

Ao ser cumprido o mandado de apreensão, o adolescente é encaminhado para a Delegacia de Proteção Criança Adolescente (DPCA) e de lá, para o Centro de Juventude Canã, no Vinhais, onde pode permanecer por 45 dias, até que a Justiça defina o encaminhamento. "O que esperamos é que eles possam ser encaminhados para cumprir as medidas socioeducativas. O próprio histórico deles possibilita essa decisão judicial", explica Pacheco. No regime de internação o adoles-

cente infrator pode cumprir até três anos de medidas.

Em alguns casos, há adolescentes com histórico de mais de cinco roubos e homicídios, informa a titular da DAI, Hirana Cláudia Coelho. "E eles deveriam estar cumprindo as medidas socioeducativas e por algum motivo que não entendemos estão fora do sistema cometendo mais infrações. Ficamos de mãos atadas, pois à polícia cabe a apreensão destes jovens, mas não temos ingerência sobre a decisão da medida a cumprir", enfatiza Hirana Coelho. Todos os processos dos adolescentes envolvidos são remetidos à Justiça. "Dessa forma, o juiz terá base na sua decisão e o que vemos é que até os promotores têm acolhido o trabalho da delegacia e representado pela internação destes jovens", disse a delegada.

PRÉ-

34 apenados que não voltaram da saída temporária já são considerados foragidos

Já são considerados foragidos os 34 apenados beneficiados com a Saída Temporária do Dia das Crianças que não retornaram aos 14 (quatorze) estabelecimentos penais da Ilha (São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar) até às 18h dessa terça-feira (18), quando expirou o prazo para o retorno. **Página 5**

Dia da Crianças

34 apenados que não voltaram da saída temporária já são considerados foragidos



Já são considerados foragidos os 34 apenados beneficiados com a Saída Temporária do Dia das Crianças que não retornaram aos 14 (quatorze) estabelecimentos penais da Ilha (São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar) até às 18h dessa terça-feira (18), quando expirou

o prazo para o retorno. A informação é da juíza Ana Maria Dias Vieira, titular da 1ª Vara de Execuções Penais - 1ª VEP - de São Luís. A magistrada aguarda apenas os nomes dos que não obedeceram ao prazo de retorno para expedir o mandado de prisão dos mesmos.

Para Ana Maria Vieira, o número dos que não retornaram é significativo, uma vez que o total dos que não voltaram corresponde a 8,41% dos 404 que saíram no último dia 12 (a portaria autorizava a saída de 431 mas apenas 404 tiveram o nome homologado para a concessão do benefício).

Segundo a juíza, número significativo também foi registrado na Saída Temporária do Dia do País, quando apenas 39 dos 406 beneficiados não retornaram aos estabelecimentos prisionais, o que corresponde a 9,6%.

"São números muito significativos e demonstram que os apenados estão imbuídos no cumprimento das suas penas, inclusive, porque saíram em um momento de crise, mas retornaram", avalia a magistrada.

Termo de compromisso - As cinco saídas temporárias às quais os presos têm direito durante o ano - Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças e Natal - são regulamentadas pela Lei de Execuções Penais - LEP. De acordo com a legislação, o benefício "será concedido por ato motivado do Juiz da Execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária".

Ao ser contemplado com o benefício, o apenado assina um termo de compromisso onde constam as exigências a serem cumpridas durante o período da saída, entre as quais as de não frequentar bares, casas noturnas e similares, recolher-se à residência até as 20h e não portar armas. Os apenados beneficiados também não podem sair do Estado.

Pindaré-Mirim

MPMA cobra regularização do fornecimento de água

Devido à frequente falta d'água nos domicílios de Pindaré-Mirim o Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou, em 11 de outubro, Ação Civil Pública (ACP) contra a Caema para tentar obrigar a empresa a regularizar o fornecimento do produto aos moradores da cidade.

O promotor de justiça Cláudio Borges dos Santos classificou, na ação, a situação de "lamentável", pois a companhia não investe na manutenção ou expansão dos equipamentos de captação e armazenamento de águas,

apresentando, em pleno século XXI, uma estrutura arcaica e ineficiente. O titular da Promotoria de Justiça de Pindaré-Mirim destacou, ainda, que a Caema é alvo de constantes reclamações dos consumidores e o fornecimento de água é suspenso por vários dias. "A demandada é conhecedora de tal situação. E, apesar desse fato, não adota qualquer efetiva providência no intuito de solucionar o problema", afirmou na ACP.

PEDIDOS

O MPMA pediu ao Poder

Judiciário a concessão de medida liminar para obrigar a Caema a restabelecer, no prazo de 48 horas, o fornecimento regular e contínuo de água aos consumidores, além de evitar futuras interrupções. Também foi pedido que a empresa forneça, no prazo de 24 horas, suprimento de água por meio de caminhões-pipa, evitando que nenhum consumidor fique sem água por mais de 12 horas. Caso estas medidas não sejam cumpridas, o Ministério Público pede a aplicação de multa diária de R\$ 20 mil.

Com o objetivo de regularizar o abastecimento, a Promotoria pediu a condenação da empresa para perfurar mais dois poços tubulares em Pindaré-Mirim. A Promotoria de Justiça também requer o abatimento proporcional das cobranças relativas ao fornecimento nos últimos 90 dias, contados do ajuizamento da ACP. Também foi pedido à Justiça que obrigue a empresa a apresentar relatório comprovando o cumprimento das medidas no prazo máximo de 30 dias.

Justiça suspende lei que mudou regras na cobrança de estacionamento

PÁG. 3 [C1]

Justiça suspende lei que mudou regras na cobrança de estacionamento

O desembargador José de Ribamar Castro suspendeu os efeitos da Lei Municipal nº 6.113/2016, que estabeleceu a isenção de pagamento nos primeiros 30 minutos para os proprietários de veículos usuários de estacionamentos privados. A decisão do magistrado acolhe recurso das empresas Construções e Empreendimentos do Maranhão Ltda (Construem) e W Empreendimentos Ltda, que questionaram a constitucionalidade da mencionada lei, pedindo tutela de urgência para suspensão dos efeitos da mesma. Ao analisar o pedido de efeito suspensivo, o desembargador José de Ribamar Castro entendeu que no recurso interposto junto ao Tribunal de Justiça as empresas demonstraram os requisitos indispensáveis à concessão da medida. Segundo o magistrado, ao prever a tolerância de não cobrar os 30 primeiros minutos em estacionamentos privados, a lei viola o artigo 22, I, da Constituição Federal, que estabelece que a competência privativa da União para legislar sobre direito civil, ramo do direito que disciplina o direito de propriedade. O desembargador ressaltou que com a aplicação da Lei Municipal pode acarretar o fim da atividade das empresas de estacionamento, em razão do ônus em não poder cobrar dos usuários os 30 minutos de tolerância, tendo, porém, que suportar todos os efeitos da responsabilidade civil pela guarda dos veículos estacionados.



“É uma honra para o Tribunal de Justiça receber uma homenagem de uma instituição que em 50 anos de existência tem dado uma significativa contribuição à sociedade e à educação superior no Estado”, ressaltou o desembargador Cleones Cunha, que compôs a mesa de honra da solenidade ao lado da reitora da UFMA, professora Nair Portela, e outras autoridades

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



Eleitos novos diretores da Escola Superior da Magistratura

Os desembargadores Paulo Velten e José de Ribamar Castro foram eleitos, ontem (19), para os cargos de diretor e vice-diretor, da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), respectivamente. Os dois magistrados tiveram seus nomes indicados pelo presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, sendo eleitos por aclamação pelos demais membros da Corte. A eleição ocorreu durante sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão. Os dois desembargadores tomarão posse nos seus respectivos cargos em fevereiro do próximo ano e conduzirão o trabalho da

Esmam no biênio 2017/2018. Na oportunidade, o desembargador Paulo Velten disse que assumir a diretoria da Esmam é dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo desembargador Jamil Gedeon, que, segundo ele, elevou a importância da escola, fazendo dela um local de estudo sobre temas de extrema relevância para o aprimoramento de magistrados e servidores. A Esmam tem como missão promover a formação inicial e continuada de magistrados e servidores do Judiciário maranhense e oferecer serviços jurídico-educacionais para a comunidade.

Desce

Já são considerados foragidos os 34 apenados beneficiados com a Saída Temporária do Dia das Crianças que não retornaram aos 14 estabelecimentos penais da Ilha (São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar) até às 18h dessa terça-feira (18), quando expirou o prazo para o retorno.

Centro de Apoio à Vítima é reativado em São Luís

Na última terça-feira (18), a Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão e a Defensoria Pública do Estado, reativaram o Centro de Apoio à Vítima (CEAV), que atenderá pessoas que foram alvo de violência na Região Metropolitana. O evento aconteceu no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa e reuniu representantes de órgãos estaduais e municipais, militantes de movimentos sociais. O CEAV prestará serviço de apoio e orientação às vítimas de crimes como furto, roubo, homicídio, lesão corporal, estupro, extorsão, sequestro, maus tratos, linchamento e outros. Elas serão acolhidas por uma equipe composta por advogada, assistente social e psicóloga que realizarão atendimento humanitário. As vítimas serão encaminhadas às redes de apoio especializado na Região Metropolitana. O Centro criado por meio do Decreto Governamental nº

27.794, de 04 de novembro de 2011, foi reativado este ano diante da necessidade da comunidade maranhense que, em relatos e denúncias a órgãos competentes, demonstrava grande insatisfação diante do desamparo e carência em que se encontravam. Para o secretário de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves, a reativação do Centro é de grande importância para os maranhenses que precisam de políticas públicas de proteção à vida. “O centro visa assegurar condições de orientação, acolhimento e acesso das vítimas de violência. O Maranhão conta, atualmente, com diversas redes de atendimento e serviços direcionados a vítimas que são desconhecidos das pessoas. Estas redes funcionam em parceria com diversos órgãos do Governo do Estado, voltando-se para atendimento à mulher, criança e adolescente, idosos, pessoa com deficiência e outros segmentos. Nesse sentido, o Centro cumpre um papel importante para as



Francisco Gonçalves e representantes de órgãos parceiros nas ações do Centro

vítimas de violência que o procuram”, assegurou o secretário Francisco Gonçalves. A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz (TJMA), acredita que a parceria entre os poderes Executivo e Judiciário é de fundamental importância para o funcionamento do Centro. “Temos grandes expectativas quanto à reativação do Centro que conta com a união do poder judiciário e demais órgãos estaduais, imbuídos no sentido de dar prosseguimento e levar adiante o apoio às vítimas de violência”, garantiu a magistrada. A reativação do centro fortalece as políticas públicas de proteção, segundo o secretário adjunto de

Direitos Humanos, Jonata Galvão. “O governo do Estado e os parceiros esperam que, através do debate que está sendo iniciando hoje, possamos expandir às redes de atendimento às pessoas que sofrem violência e garantir um serviço cada vez mais qualificado para dar maior apoio e orientação a este público”, explicou ele. A Defensoria Pública do Estado também faz parte da parceria entre o Governo do Estado e o Tribunal de Justiça para a reativação do CEAV. A instituição, que atende diversos casos de violação de direitos humanos será um dos órgãos a receber os encaminhamentos demandados pelo centro.

• O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, recebeu, na terça-feira (18), a comenda “Palmas Universitárias”, categoria ‘apoio institucional’, concedida pela Ufma ao Poder Judiciário pelos relevantes serviços prestados àquela instituição de ensino superior.

Presidente do TJMA destaca a produtividade dos magistrados maranhenses

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, durante sessão plenária administrativa da Corte, ontem (19), teceu elogios à atuação dos magistrados maranhenses, que registraram alto nível de produtividade no anuário Justiça em Números do CNJ, contribuindo para o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo Judiciário estadual.

Ele afirmou que o resultado do levantamento é um marco importante para o Poder Judiciário do Maranhão. “Apesar das dificuldades com recursos humano e estrutural, conseguimos despontar como o primeiro tribunal em produtividade entre as Cortes de médio porte do país, graças ao esforço dos nossos magistrados e a uma série de ações para promover celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”, assinalou.

O presidente do TJMA frisou que o resultado do levantamento do Conselho Nacional de Justiça demonstra o esforço dos magistrados do Maranhão.

Zé Doca Justiça determina suspensão de júri de acusado de homicídio

“Considerando a informação de quatro jurados de que foram procurados por familiares do réu, resta fundada dúvida acerca da imparcialidade dos jurados, por ser a família do réu tradicional no município de Zé Doca/MA, e em vista desse comportamento de visitar os jurados antes do julgamento. Assim, com base no art.427, §2º. do CPP, suspendo o julgamento e o processo para que aguarde a decisão do TJ-MA sobre o pedido de desaforamento que será pleiteado pelo MPE”. As palavras são da juíza Denise Pedrosa Torres em ata da sessão do Tribunal do Júri designado para essa terça-feira (18) na qual sentaria no banco de réus Francisco das Chagas Alves da Silva, o “Chiquinho”. Na ata, a magistrada indefere ainda o pedido de revogação da prisão preventiva do acusado requerido pela defesa do mesmo, deferindo o pedido do Ministério Público do Estado do Maranhão para que seja “oficiado ao INSS e consultados os sistemas RENAJUD, INFOJUD e SIEL na tentativa de localizar o atual endereço do denunciado”. “Realizadas as pesquisas, e oficiado ao INSS, abra-se nova vista ao MPE, e se for o caso, deverão os autos permanecerem suspensos, aguardando a decisão do pedido de desaforamento do MPE, a ser proferida pelo TJ-MA”, consta da ata.